



## PARECER JURÍDICO

**Processo Administrativo n.º 207042101/2021-PMPE**

**Espécie:** Dispensa de Licitação n. 7/2021 - 0027

**Interessado:** Secretaria Municipal de Saúde

**Assunto:** Contratação de empresa especializada para fornecimento de uma placa bloqueada para rádio distal, a fim de atender à necessidade cirúrgica do Sr. Alan de Freitas Bessa, conforme especificado no processo.

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. ANÁLISE DOS ELEMENTOS FORMAIS IMPRESCINDÍVEIS À EDIÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO DE RECONHECIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO DIRETA. CONTRATAÇÃO DE PRESTADOR PARA FORNECIMENTO DE PROCEDIMENTO DE SAÚDE ESPECIALIZADO. POSSIBILIDADE LEGAL. ARTS. 24, INCISO IV E 26, PARÁGRAFO ÚNICO, AMBOS DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. POSSIBILIDADE COM RECOMENDAÇÃO.

### I – RELATÓRIO

Trata-se de requerimento oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, solicitando a *contratação de empresa especializada para fornecimento de uma placa bloqueada para rádio distal, a fim de atender à necessidade cirúrgica do Sr. Alan de Freitas Bessa, conforme especificado no processo.*

Ressalta-se que o entendimento a ser consolidado baseia-se em legislação e jurisprudência atuais, podendo ser revisto em caso de alteração substancial em seus fundamentos.

É o que importa relatar.



## II – MÉRITO

O art. 24 da Lei 8.666/93 traz consigo uma série de incisos que tipificam hipóteses em que procedimento de licitação prévio contratação se faz dispensável. Ao contrário do que disciplina art. 25, que trata das inexigibilidades, art. 24 veicula rol exaustivo.

Vislumbra-se que nos casos de emergência ou calamidade pública, e, tão somente, para bens necessários ao atendimento desta situação, que é possível a dispensa com base no art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/93. Transcreva-se dispositivo:

*“Art. 24. É dispensável a licitação:*

*(...)*

*IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos”.*

Considerados os pressupostos fáticos informados neste processo administrativo, verifica-se que a Administração estava diante de situação emergencial capaz de justificar a dispensa do certame licitatório, conforme informações prestadas pela Secretária Municipal de Saúde e ainda o médico que subscreveu o laudo que acompanha o requerimento administrativo da paciente (fl. 03)

A doutrina especializada tem assentado que a situação de emergência *“requer a caracterização de uma situação cujo atendimento implique a necessidade de dispensar o procedimento licitatório”.*

**ANTÔNIO CARLOS CINTRA DO AMARAL**, com muita propriedade, aduz que a emergência, *“verbis”*:

*“é (...) caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens,*



Avenida Getúlio Vargas, n. 1911, Centro, CEP: 59.900-000, Pau dos Ferros/RN

*ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. Quando a realização de licitação não é incompatível com a solução necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência."*

A situação retratada no expediente afigurava-se apta a ensejar a contratação direta, eis que reclama solução imediata, ante o risco de haver comprometimento à segurança de pessoas, no caso, do senhor *Alan de Freitas Bessa*, conforme requisição médica em caráter **urgente** acostada.

Há que se examinar o prazo de duração da prestação de serviços, que não poderá exceder o limite de 180 dias imposto pelo art. 24, IV, da Lei n.º 8.666/93.

Ademais, cumpre esclarecer que a contratação direta não significa inaplicação dos princípios básicos que orientam a administração pública, ou seja, não caracteriza poder discricionário puro ou livre atuação administrativa. Permanece o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes.

Por isso, num primeiro momento, a Administração verificará a existência de uma necessidade a ser atendida. Deverá diagnosticar o meio mais adequado para atender ao reclamo. Definirá um objeto a ser contratado, inclusive adotando providências acerca da elaboração de orçamentos, apuração da competitividade entre a contratação e as previsões orçamentárias.

Assim, mesmo diante de situação emergencial, como no caso vertente, a Administração não pode se furtar à regra estampada no art. 26 da Lei n.º 8.666/93, *verbis*:

*"Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005).*

*Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:*

*I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;*



Avenida Getúlio Vargas, n. 1911, Centro, CEP: 59.900-000, Pau dos Ferros/RN

*II - razão da escolha do fornecedor ou executante;*

*III - justificativa do preço.*

*IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados*

*In casu*, a Secretária Municipal de Saúde justificou a contratação da **MEDFIX ORTOPEDICA LTDA** pelo fato de ter apresentado menor orçamento, conforme mapa de preços de fls. 13. Saliente-se que constam três propostas de preço, conferindo pesquisa razoável de mercado, atendendo perfeitamente as exigências emanadas dos reiterados julgados do egrégio Tribunal de Contas da União, conforme estampado em **Informativo de Jurisprudência nº 248<sup>1</sup>**.

Ademais, convém realçar que a empresa escolhida apresentou certidão negativa da União, certidão positiva com efeito de negativa de tributos municipais, certidão negativa de tributos estaduais, certificado de regularidade do FGTS-CRF, certidão negativa de débitos trabalhistas. **Entretanto, ausente se encontra a certidão negativa de falência e/ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor cível da Comarca sede da empresa.**

Cumpra também evidenciar que o parecer técnico da Controladoria Geral do Município pontua com acuidade a necessidade da contratação e o atendimento das prescrições legais (fls. 27/28).

Por fim, convém destacar que a situação se enquadra da hipótese do art. 62 da Lei n.º 8.666/93, quando o instrumento de contrato pode ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como nota de empenho de despesa.

### **III – CONCLUSÃO**

**Ante todo o exposto**, esta Procuradoria conclui que a contratação em epígrafe possui previsão legal no art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93, restando caracterizada, em tese, a situação emergencial pelos dados fornecidos pelos técnicos da administração, pelo que opinamos pela **possibilidade jurídica** da contratação.

<sup>1</sup>A justificativa do preço em contratações diretas (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/93) deve ser realizada, preferencialmente, mediante: (i) no caso de dispensa, apresentação de, no mínimo, três cotações válidas de empresas do ramo, ou justificativa circunstanciada se não for possível obter essa quantidade mínima; (ii) no caso de inexigibilidade, comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outras instituições públicas ou privadas



Avenida Getúlio Vargas, n. 1911, Centro, CEP: 59.900-000, Pau dos Ferros/RN

Ademais, recomenda-se as seguintes providências: (a) a juntada posterior de nota de empenho da despesa, em substituição ao instrumento de contrato, nos termos do art. 62 da Lei n.º 8.666/93; (b) a juntada da certidão negativa de falência e/ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor cível da comarca de domicílio da pessoa jurídica; (c) que nos próximos processos de contratação emergencial para atendimento de demanda individual de usuário SUS seja instruído o procedimento com requerimento subscrito pelo beneficiário.

Por oportuno, acrescento que a motivação, justificativas e demais dados técnicos são de inteira responsabilidade dos Gestores.

Sendo este o Parecer, o que se faz de forma meramente opinativa, não possuindo, portanto, caráter vinculativo, cabendo a decisão final à autoridade competente.

Pau dos Ferros/RN, 7 de abril de 2021.

**RAUL LIMEIRA DE SOUSA NETO**  
Procurador Municipal  
Mat. 2.160 – OAB/RN 9.340